

OS PSICÓLOGOS DO CREAS E OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Danúbia Aparecida Ribeiro de Oliveira*

Ana Cláudia Junqueira Burd**

RESUMO

O presente artigo discute os desafios do psicólogo no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), uma unidade pública estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados à indivíduos e famílias com seus direitos violados; sendo um importante dispositivo do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A pesquisa busca identificar através de entrevista semiestruturada as principais limitações que os psicólogos do CREAS encontram ao se depararem com atendimentos a vítimas de violência sexual intrafamiliar nos municípios de Curvelo (MG), Paroipeba (MG) e Sete Lagoas (MG). Tendo como pressupostos se os psicólogos que atuam no CREAS encontram dificuldades em realizar os atendimentos às vítimas de violência sexual intrafamiliar, devido à falta de apoio em rede, pela interferência dos familiares e pelas próprias vítimas não se sentirem bem ao expor o problema, e por outro lado se os psicólogos que atuam no CREAS não encontram dificuldades nos atendimentos às vítimas de violência sexual intrafamiliar, considerando que a estrutura e o trabalho em rede propiciam bom desenvolvimento dos atendimentos. Os resultados do estudo apuram que estes buscam se adequar a realidade de cada instituição, enfatizando em comum que a dificuldade maior encontrada nos municípios é a burocracia nos encaminhamentos, falta de capacitação técnica a respeito do tema, resistência das famílias por ser um assunto delicado e considerado tabu para muitas classes e falta de apoio de outros órgãos da rede.

Palavras-chave: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Atuação do Psicólogo, Violência Sexual Intrafamiliar.

ABSTRACT

This article discusses the psychologist's challenges at the Specialized Reference Center on Social Assistance (CREAS), a state public unit responsible for offering specialized and continuous guidance and support to individuals and families with their rights violated; Being an important device of the Single System of Social Assistance (SUAS). The research seeks to identify through a semistructured interview the main limitations that CREAS psychologists encounter when they are confronted with victims of intrafamily sexual violence in the municipalities of Curvelo (MG), Paroipeba (MG) and Sete Lagoas (MG). Assuming that the psychologists working at CREAS find it difficult to provide care for the victims of intra-family sexual violence, due to the lack of network support, the interference of family members and the victims themselves do not feel well in exposing the problem, and On the other hand, if the psychologists who work at CREAS do not find difficulties in attending to the victims of intra-family sexual violence, considering that the structure and the work in the network are conducive to the proper development of care. The results of the study show that they seek to adapt to the reality of each institution, emphasizing in common that the greatest difficulty found in municipalities is the bureaucracy in referrals, lack of technical training regarding the theme, resistance of families as a sensitive issue and Considered taboo for many classes and lack of support from other network bodies.

Keywords: Specialized Social Assistance Referral Center (CREAS). Psychologist Performance. Intra family sexual violence.

* Graduada em Psicologia, Faculdade Ciências da Vida (FCV). *E-mail:* danubiaparecida@gmail.com

** Professora do curso de Bacharelado em Psicologia na Faculdade Ciências da Vida (FCV), graduada em Psicologia/PUC/MG, Graduada em Direito/UFV, especialista em Psicologia Jurídica/CFP. *E-mail:* anacjunqueira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) uma unidade de proteção social especial de média complexidade pertencente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua principal função é organizar as ações da assistência social em dois tipos de proteção social, sendo elas: A Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (SUAS, 2011).

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) oferta orientação, e acompanhamento especializado às famílias e as pessoas que apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Nessa direção, o PAEFI oferece atendimento a indivíduos e famílias em diversas situações de violação como violência (física psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual). Além disso, promove o afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, mendicância, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões (CREPOP, 2013).

Diante dessas unidades de atendimento, o psicólogo de acordo com seus princípios fundamentais em sua atuação segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo – CEPP (2014) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, atuando com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Abordando o tema em questão, é relevante compreender o que é a violência sexual intrafamiliar, sendo apenas uma das várias formas de violação de direitos existentes em meio a sociedade. Ela está implicada em um contexto de saúde pública, que gera consequências

severas para a vida do indivíduo, trazendo como conceito toda ação ou omissão que moleste o bem-estar, a saúde física, psicológica e o direito de desenvolvimento de outro membro familiar, de tal modo que o contexto familiar passa a ser um local de risco a integridade física e de maiores complicações (LANÇA, 2013).

A violência sexual de acordo com o CREPOP (2009) acontece dentro e fora do contexto familiar, envolvendo em grande parte crianças e adolescentes, não deixando de atingir jovens, adultos e relacionamentos conjugais. Esse tipo de violência fere os direitos fundamentais do ser humano, por isso é de fundamental importância ter conhecimento a respeito dos serviços especializados e continuados que são disponibilizados às vítimas em situação de violação.

Neste sentido, buscou-se através da Psicologia Social, campo de atuação interdisciplinar que estuda o comportamento dos indivíduos em suas relações sociais, colher contribuições à pesquisa voltando o olhar para o papel do psicólogo na comunidade, de forma a esclarecer que este profissional tem a capacidade e o dever de atuar auxiliando as pessoas que sofrem pela falta de melhores condições de vida. O psicólogo muitas vezes se depara com diversas situações degradantes para a população, que vão de encontro à suas limitações pessoais, trazendo desafios para sua atuação, de forma a exigir desse profissional a abertura para novos espaços para a resolução desses problemas sociais, como a violência sexual intrafamiliar (FERREIRA, 2010).

As Políticas Públicas de Assistência Social de acordo com o Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2011) dão abertura:

“a diversas possibilidades de atuação dos profissionais da psicologia por meio da intersetorialidade criando espaços para intervenção junto ao trabalho de proteção social. Nesse sentido, este estudo justifica-se pela necessidade de verificar como está sendo realizado o trabalho do psicólogo tendo como locus de investigação no Centro de Referência Especializado da Assistência Social [CREAS].”

Como objetivo geral foi realizada uma investigação para entender as principais limitações que estes profissionais encontram ao se depararem com o contexto de violência sexual intrafamiliar e como objetivos específicos foi identificado o papel do psicólogo, destacando as possibilidades e as barreiras em sua forma de atuar em relação às vítimas de violência sexual intrafamiliar que são atendidas no CREAS. Tendo como pressupostos se os psicólogos que atuam no CREAS encontram dificuldades em realizar os atendimentos às adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar, devido à falta de apoio em rede, pela interferência dos familiares e pelas próprias vítimas não se sentirem bem ao expor o

problema, e por outro lado se os psicólogos que atuam no CREAS não encontram dificuldades nos atendimentos às vítimas de violência sexual intrafamiliar, considerando que a estrutura e o trabalho em rede propiciam bom desenvolvimento dos atendimentos.

Na pesquisa foram empregados métodos da investigação científica, tanto teóricos como práticos. No primeiro pode-se destacar o método indutivo e no segundo destacou-se a análise de conteúdo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, direcionada aos psicólogos que atuam no CREAS de Curvelo, Paraopeba e Sete Lagoas. A análise de dados consistiu-se na averiguação dos dados obtidos no estudo, empreendendo a análise de conteúdo qualitativa e os resultados foram apresentados de forma descritiva, interpretados e fundamentados em uma explicação coerente de forma a apresentar as conclusões dessa pesquisa.

Como resultados apresentados, percebeu-se que as profissionais entrevistadas consideram que existem dificuldades no atendimento as vítimas de violência sexual no âmbito familiar, na medida em que existe tímido apoio da rede no envolvimento dos casos, dificuldades em envolver o contexto familiar, burocracia nos encaminhamentos, além da falta de capacitação técnica dos profissionais envolvidos no processo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência sexual segundo Faleiros (2000) é conceituada como toda tentativa, ato, insinuações sexuais não desejados, ações para utilizar, de qualquer outro modo, a sexualidade de uma pessoa mediante repressão por outra pessoa. Analisando de forma geral o fenômeno da violência que é um abuso, incluem-se atos em que o contato físico direto não ocorre como no exibicionismo, voyeurismo e assédio, até a relação sexual propriamente dita, com intercurso genital ou anal. A violência pode ocorrer em diferentes âmbitos, incluindo a residência da vítima. Abusos cometidos fora do lar e por pessoas desconhecidas da vítima são classificados como extrafamiliares enquanto abusos cujos perpetradores possuem laços de parentesco ou função de cuidado, independente de laços consanguíneos, são classificados como abusos intrafamiliares.

Atualmente, os casos de abuso sexual intrafamiliar vêm se tornando cada vez mais frequentes e em todos os tipos de classes sociais. Em grande parte, eles acontecem dentro do sistema familiar por meio de parentes consanguíneos, como pai, tio, irmão, avô ou por pessoas sem nenhum grau de parentesco, mas que apresentam certo convívio com a vítima, a

ponto de segurarem entre si laços afetivos que aproveitam da vulnerabilidade desses menores para se satisfazerem sexualmente. A partir disso, rompem-se os vínculos que deveriam ser construídos por meio do cuidado, proteção, amor, respeito, educação e afeto (PAULA, 2011). A vítima torna-se incapaz de se proteger mantendo o silêncio por medo, por sentir culpa ou por provocar a desagregação familiar, aceitando muitas vezes o ponto de vista do agressor (ABRÁPIA, 1997).

O silêncio por parte das vítimas que sofrem abuso sexual é cravado de vergonha, e que por receio da exposição do problema familiar acaba se tornando um segredo de família. Pode-se observar que em algumas famílias, o segredo se torna um recurso para manutenção dos vínculos familiares e não apenas para a manutenção da individualidade e intimidade de seus membros. Os segredos para essas famílias mostram-se muito significativos, se configurando como motivo de infâmia por representarem uma espécie de difamação familiar e o temor relacionado à descoberta se torna motivo de angústias que são sentidas pela família e pelo psicólogo no decorrer das sessões. Algumas situações são vivenciadas como intoleráveis ferindo a própria imagem do sujeito, promovendo vivências que se unem a sentimentos de frustração, desonra e humilhação por exemplo, e que tornam o segredo como única saída desse estrago sofrido e visto como irreparável pelas famílias (SANDERSON, 2005).

Considerado um marco jurídico na proteção da infância está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No Estatuto, foi estabelecido no Art. 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Para acolher, amparar e proporcionar proteção às vítimas de violência sexual intrafamiliar, que na maioria dos casos são crianças e adolescentes existe o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que é:

“uma instituição pública estatal, que oferece orientação e apoio especializado e continuado a essas vítimas e as famílias que sofreram algum tipo de violência. Ele é composto por vários profissionais e métodos de trabalho que visam o resgate dos direitos violados e da família (CREPOP, 2009).”

O CREAS tem como proposta ser o pólo de referência para atender as diversas demandas que lhe são apresentadas como apoio e orientação às pessoas e famílias que sofreram violações de direito, serviço de enfrentamento à violência, exploração e abuso de menores, direcionamento e acompanhamento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida (RIBEIRO, 2010). A prestação de serviços do CREAS

impacta diretamente na reestruturação da família, em sua reorganização e na comunidade. Potencializa e promove o desenvolvimento pessoal e comunitário, resgatando valores, autoestima, autoconhecimento e desenvolvimento de habilidades e potencialidades de forma a capacitar e promover a inserção do indivíduo a sociedade. Os profissionais que desenvolvem o seu trabalho no CREAS, em destaque os psicólogos além do conhecimento técnico, precisam ter sensibilidade e compreensão para ouvir, acolher, acompanhar e orientar as vítimas de vulnerabilidade social (REVISTA CREAS, 2008).

Em meio ao contexto vivenciado no CREAS, exigir do profissional de Psicologia um atendimento especializado a todas as formas de violações de direitos é exigir que esse psicólogo seja um “super-profissional”, considerando as várias faixas etárias atendidas. São muito os desafios enfrentados pelos profissionais, desde a formação às precárias condições de trabalho, além das demandas diversas e complexas para todo e qualquer tipo de sujeito, o que requer uma competência teórica e metodológica inatacável (FERREIRA; FERREIRA; LIMA, 2013).

Além do CREAS, outros órgãos são responsáveis em acolher a vítima da violência sexual intrafamiliar e de outras causas, como os Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas da Infância e da Juventude, que são responsáveis por receber as denúncias caso não exista Conselho Tutelar no município. Como também as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, as Delegacias da Mulher e disque 100 (UNICEF, 2016).

Por fim, é necessário destacar que a práxis do profissional de Psicologia inserido num espaço como o CREAS precisa operacionalizar-se tendo em vista os limites da ciência psicológica e suas possibilidades de avanço em direção à justiça social e ao resgate dos direitos humanos e sociais. Diante disso, é necessário reconhecer possibilidades e novos caminhos a serem trilhados, contudo há de se considerar as limitações concretas e reais da ciência psicológica e das condições materiais vivenciadas pelos sujeitos em atendimento (FERREIRA; FERREIRA; LIMA, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia é uma das etapas mais importantes e definitivas de uma pesquisa científica. Caracterizada por ser um “conjunto de instrumentos que deverá ser utilizado na investigação e tem por finalidade encontrar o caminho mais racional para atingir propostos, de maneira rápida e melhor” (BIANCHI; ALVARENGA; BIANCHI, 1998, p. 3). Para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que consiste no estudo da bibliografia já produzida sobre o assunto, como recurso para definir e resolver problemas já estabelecidos e explorar novas áreas. A pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2009).

A fundamentação teórica dos dados deu-se dessa maneira, através da leitura exploratória do material previamente selecionado, que tem por objetivo verificar se o mesmo corresponde aos objetivos do trabalho. Após a leitura exploratória foi realizada a leitura seletiva e análise do material destacando as partes mais importantes e buscando correspondência ao interesse da pesquisa. Os materiais utilizados para embasamento teórico foram artigos científicos, monografias, periódicos e sites como Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) que são organizações relacionadas à psicologia, todo material coletado foi encontrado nas bases de dados SciELO, LILACS, PEPSIC e BVS Psi, que são fontes confiáveis de pesquisa.

Sobre a classificação do estudo, quanto aos meios o presente estudo é de natureza descritiva, tendo por objetivo compreender quais as limitações que os psicólogos que atuam no CREAS encontram ao atender vítimas de violência sexual intrafamiliar. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva dita características de determinada amostra da população ou de um fenômeno, sem que haja interferência dos dados pesquisados. E quanto aos fins foi caracterizada pelo caráter qualitativo, que permite compreender melhor os significados, motivos, crenças, valores e atitudes sobre o tema estudado, aplicando o método indutivo que considera as circunstâncias e a frequência com que ocorre determinado fenômeno, suas intensidades e diferenças (GUERRA, 2014; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para análise dos dados obtidos por meio da entrevista foi utilizada a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que busca inferir conhecimentos, ultrapassando as incertezas, enriquecendo a leitura dos dados coletados.

3.2 COLETA DE DADOS

3.2.1 Participantes

A amostra desta pesquisa foi composta por cinco profissionais da psicologia, do sexo feminino com idade entre 29 e 44 anos, que atuam no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) em três instituições em cidades do estado de Minas Gerais: CREAS de Sete Lagoas, CREAS de Curvelo, CREAS de Paraopeba.

3.2.2 Instrumentos

Para realização da pesquisa foi utilizado a entrevista semi estruturada (ANEXO III) no intuito de colher relatos dos participantes, no qual informaram dados pessoais e ocupacionais (nome, idade, profissão e tempo de atuação). Os participantes responderam a entrevista que foi construída com referência à entrevista de dissertação de Paixão, (2011). Esse instrumento foi desenvolvido com 10 perguntas que investigam os desafios que os psicólogos que atuam no CREAS enfrentam no atendimento de vítimas de violência sexual intrafamiliar.

3.2.3 Procedimentos Gerais

Para iniciar a coleta de dados pertinentes à pesquisa, primeiramente foi realizado o convite às instituições CREAS de Curvelo, Paraopeba e Sete Lagoas para participação da pesquisa, via email e telefonema. Nesse momento foram apresentados os objetivos e aspectos éticos do trabalho (aprovação da instituição e garantia de anonimato e sigilo das informações). A partir da aprovação pelos CREAS por meio da carta de apresentação de pesquisa (ANEXO I), fornecida pela Faculdade Ciências da Vida foi realizado o convite aos psicólogos. A orientação quanto a realização da entrevista foi concretizada nos locais disponibilizados por

cada profissional (nos próprios CREAS e em residência própria), de acordo com o horário de disponibilidade dos mesmos.

3.2.4 Aspectos Éticos

Todos os sujeitos da presente pesquisa receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 2), no qual são informados que todos os relatos adquiridos ao longo do processo estão sob a garantia do sigilo e do anonimato, além de reafirmar que a participação é voluntária e não gerará nenhum custo ou privilégio aos sujeitos, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Nesta pesquisa participaram somente aqueles que consentiram e assinaram o termo. Para garantir o sigilo das informações, as folhas de resposta preenchidas, as correções e uma via dos TCLEs assinados ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pelo trabalho por um período de cinco anos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para coletar as informações pertinentes à pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco psicólogas que desempenham seus trabalhos no Centro de Referência Especializada de Assistência Social. As participantes atuam nos municípios, de Curvelo (MG), Paraopeba (MG) e Sete Lagoas (MG) são todas do sexo feminino, com faixa etária entre 29 e 44 anos. Quanto ao tempo de atuação no CREAS, uma participante atua há quatro anos; a segunda, há três anos e meio; a terceira, há dois anos e meio e as outras duas estão entre dez meses e um ano de tempo no serviço. Ao longo do artigo, as participantes serão identificadas por C1 a C5.

Na análise dos dados, foram utilizados artigos que se referenciam ao tema discutido que abordam a atuação do profissional de Psicologia nas Políticas de Assistência Social. É pertinente destacar que as entrevistas realizadas apresentam a maneira como as psicólogas que atuam no CREAS compreendem suas atividades, representando uma forma de orientação e não um conjunto rígido de princípios metodológicos. Entretanto, buscou-se, a partir da fala das entrevistadas, uma aproximação à realidade analisada, de forma que a descrição de tais

práticas possa contribuir com outros estudos, bem como para a formulação de novas perspectivas de conhecimento e problematização da atuação do psicólogo no contexto indicado.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que tem como característica formular um roteiro de perguntas principais que permitem ser complementadas por outras questões essenciais as circunstâncias momentâneas a entrevista. Ela é mais adequada por permitir que as informações sejam coletadas de forma livre, incluindo o uso do gravador que é comum a este tipo de entrevista (MANZINI,1991). A partir do relato das participantes, foi possível identificar os pontos fundamentais da pesquisa relacionados aos objetivos propostos.

4.1.1 O PAPEL DO PSICÓLOGO DENTRO DO CREAS

O profissional de psicologia, ao compreender e se adequar acerca de sua atuação dentro do CREAS é capaz de planejar e estruturar seu trabalho de acordo com as ações/atividades que poderão ser efetivados na prática cotidiana, prevenindo a mecanicidade ao manter o posicionamento crítico diante das situações apresentadas. (CREPOP, 2009). Diante da vulnerabilidade o psicólogo realizará pautado no plano de acompanhamento atendimentos, acolhimentos continuados por meio das especificidades de cada caso. (BRASIL, 2011).

Baseando-se a discussão mencionada acima, buscou-se identificar, por meio dos relatos das entrevistadas, as principais ações/atividades cotidianas realizadas por elas, descritos nos fragmentos abaixo:

“O meu papel enquanto profissional é propiciar um ambiente acolhedor, num esforço de amparar a vítima e resguardar seus direitos enquanto sujeito.” [C1]

“Em média estou acompanhando três famílias de adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar. E o meu papel é oferecer a esta vítima acolhida, atenção, espaço seguro para que se sinta à vontade para relatar seu sofrimento, uma vez que tais relatos podem desencadear emoções intensas que precisam ser acolhidas. O acolhimento é realizado individualmente com a vítima e seu responsável, tendo como foco atendimento psicossocial. Se for necessário, é realizado encaminhamento para serviços de saúde e outras instituições da rede, sempre em favor da melhoria da qualidade de vida do adolescente em situação de risco” [C1].

“A atuação do psicólogo no CREAS é representada pela equipe onde cada um tenta ajudar o outro. Somos três psicólogas, onde todas nós realizamos as partilhas e

estudos a respeito das nossas demandas. Atuar com vítimas de abuso sexual intrafamiliar é mais tranquilo. Encontro mais resistência com os pais, justamente por se tratar de algo intrafamiliar. Os adolescentes são mais abertos, claro que há um certo constrangimento e timidez da parte deles, mas a verbalização acontece, por mais que não consigam expor a vivência, eles conseguem se abrir mais facilmente. O que ocorre muitas vezes é o impedimento da família, que se esquivava do processo de acompanhamento por questões variadas. ”[C3]

O CREAS se organiza a partir de um trabalho em rede com outras instituições e requer, portanto, ações integradas. Assim, nos estudos de caso realizados em rede, deve ser observado o princípio do sigilo e também o do compartilhamento de informações de forma ética (CREPOP,2009)

“Atuar no CREAS não é uma coisa fácil, é muito pesado, mas ao mesmo tempo é bom. Muitas vezes o adolescente e a criança não comparecem na instituição por causa dos pais que não os trazem até aqui. Percebo que eles são mais participativos e aqui em Curvelo nós temos um grupo socioeducativo não direcionado só para a violência, mas que envolve todos os nossos adolescentes, onde trabalhamos diversos temas, e eles se sentem à vontade, sendo participativos, o que ajuda e muito em seu processo de reestruturação emocional, psicológica. ” [C4]

É relevante que o psicólogo saia do lugar de identificação de “problemas”, de culpabilização ou busca de responsáveis, para o lugar de viabilizadores de espaços criativos e geradores de alternativas individuais e coletivas na perspectiva da superação das situações de violação (CREPOP,2009).

4.1.2 AS LIMITAÇÕES DO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

As entrevistadas apontam a preocupação quanto à forma de atuação, que muitas vezes não dependem exclusivamente só delas, envolve a família e todo o contexto dessa vítima. Os profissionais ingressaram na área com pouca informação acerca das particularidades desse campo de atuação, no qual o conhecimento veio surgindo gradativamente junto à atuação no CREAS. As limitações ao atender esse público emergem pela falta de materiais específicos que abordem o assunto, assim como a burocracia dos encaminhamentos que acabam acumulando e dificultando o desenvolvimento do atendimento.

Com base na discussão acima, buscou-se identificar, as principais dificuldades das entrevistadas em relação ao atendimento das vítimas e de suas famílias, descritos nos fragmentos abaixo:

“A limitação no âmbito do atendimento a esse público é complexa, pela violência sexual intrafamiliar se mostrar uma área de difícil abordagem, por envolver vínculo, relação de confiança e segredo, dificultando o acesso aos sistemas envolvidos” [C1].

“Para mim as maiores dificuldades encontradas para realizar o atendimento a vítima de violência sexual intrafamiliar é a falta de apoio de outros órgãos da rede, da família, limitando os casos apenas ao CREAS; o posicionamento do Judiciário em atender a atuação do profissional como mero mediador do juiz; burocracia dos encaminhamentos; morosidade do Judiciário em aplicar medidas de afastamento do abusador, caso necessário” [C1].

“O atendimento é realizado em dupla, esse era o ideal segundo as legislações, sendo por exemplo um psicólogo e um assistente social. Em média são uns sessenta casos, sendo vinte casos em média para cada dupla de técnicos. Não foi possível distinguir a quantidade exata entre crianças e adolescentes, mas relato que a maior quantidade de vítimas são crianças. O atendimento também é multidisciplinar, a primeira coisa que se faz é uma acolhida, uma escuta, da vítima, da família e depois monta-se o PIA (Plano de Atendimento Individual), que é muito difícil de ser preenchido, eu nunca soube montar direito. Minha coordenadora já promoveu cursos, mas enfim o que que era a questão, era saber qual era a problemática em sessão. Ainda sobre os atendimentos, eles são individuais, em grupos e em família, através de estudo de casos também.” [C2]

“Eu atendo um caso de abuso sexual intrafamiliar atualmente, e ele se iniciou na infância. Tento ser mais natural possível para deixa-lo à vontade, realizo trabalhos/oficinas com ele, e tento como terapeuta ser neutra sem expressar minha indignação pelo fato ocorrido.” [C3]

“O atendimento a esse público se torna um desafio, muitas vezes porque os processos de encaminhamentos são lentos, demorando meses, gerando um afastamento dessa vítima. O atendimento em rede acontece tem seus obstáculos, mas acontece.” [C4]

“A atuação com esse público, em especial crianças e adolescentes se dificulta muitas vezes por causa dos pais que não se comprometem em trazer o filho até o CREAS. Muitas vezes eles não têm noção do benefício que esse trabalho pode oferecer aos adolescentes. Muitos pais preferem levar essas crianças/adolescentes em profissionais particulares, tendo o desconhecimento que aqui no CREAS não é realizado a psicoterapia e sim o tratamento inicial e obrigatório a essa vítima e a família. Nesses casos temos estratégias de fazer visitas domiciliares e às escolas para melhor compreender o contexto desse adolescente.” [C5]

Segundo Araújo (2002) ao revelar o ato da violência sexual intrafamiliar é produzido uma crise imediata nas famílias e na rede de profissionais, pois são situações complexas que envolvem uma equipe multidisciplinar que intervenha com a punição, proteção e terapia. O atendimento às vítimas e às famílias é fundamental pelo fato que a enorme carga de ansiedade mobilizada nessas situações, causa uma tendência de afastamento do atendimento, sendo, muitas vezes, necessário um apoio legal para realizar e manter a vítima e a família em acompanhamento.

4.1.3 CAPACITAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

O psicólogo dentro de sua formação acadêmica desenvolve a capacidade de planejar e estruturar seu trabalho de acordo com as ações/atividades que poderão ser efetivados na prática cotidiana, na tentativa de prevenir a mecanicidade ao manter o posicionamento crítico diante das situações vivenciadas. A partir disso, as principais dificuldades encontradas das entrevistadas em relação à capacitação profissional a cerca do assunto “violência sexual intra familiar” dentro do CREAS são as seguintes:

“Nos reuníamos para discutir os problemas internos, regras do CREAS. E fomos aprimorando através dos livros; então foi uma atuação gradativa, eu entrei na instituição completamente crua; em termos de equipe a atuação do psicólogo é bem vista pelo assistente social e vice-versa, uma atuação valorizada apesar de todas as dificuldades e limitações de não ter conhecimento do tema, de não saber e ter que estudar. Em termos técnicos sempre tive muita dificuldade para escrever, pois sou muito prolixa, por esse motivo sempre compartilho as informações com minha dupla que é uma assistente social, e ela me ajuda muito, quando realizo meus relatórios de 3 a 4 folhas ela resume e consegue enquadrar todo o conteúdo em dois parágrafos trazendo todas as informações necessárias de forma objetiva. Outro lado da atuação do psicólogo em relação a esse público, é bem pesado, é uma escola, um verdadeiro aprendizado, porém não é brincadeira, não é fácil para nenhum ser humano. Tem que ter muito estomago. Por 3 vezes eu abri a porta da sala de atendimento porque eu queria ir embora por ficar tão exausta e com baixa autoestima por receber casos de abuso sexual intrafamiliar tão delicados. ” [C2]

“Minha opinião quanto ao processo é que sejam oferecidos cursos de capacitação para um melhor trabalho com essa demanda. É importante a implantação e estruturação de uma rede de atenção e proteção, implicando na inclusão de atores sociais diversos e instituições de setores variados” [C1].

A partir das entrevistas dispostas acima foi possível perceber que o trabalho dentro do CREAS não é isolado, a equipe precisa trabalhar de forma a compartilhar os variados saberes, facilitando assim a forma de entender cada caso e demanda ,contemplando as atribuições de cada profissional.

Nas representações das profissionais sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas filhas/filhos no CREAS, a condição socioeconômica, a escolarização e o compromisso/assiduidade da família nos atendimentos psicossociais aparecem como elementos que podem contribuir ou dificultar o processo de superação da violência e a garantia de proteção das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o desafio que se coloca relaciona-se ao cuidado por parte das profissionais quanto às formas de intervenção nas situações de vida das famílias. Estas representações não podem produzir nos profissionais uma desmotivação no atendimento destas. Ao contrário, devem impulsioná-los a uma ação sempre comprometida com a superação de tais obstáculos (COSTA, 2014).

Alguns relatos das entrevistas reforçam a atuação do psicólogo na família das vítimas de violência sexual intrafamiliar, segue os relatos:

“Em relação a família é realizado intervenções e orientações quanto à proteção do adolescente vítima de violência sexual e buscar meios de inserir a resiliência em todos os envolvidos, para que possam ser efetivados os vínculos e reestabelecer as relações de confiança, pois o apoio e a participação dos demais familiares na superação do trauma deste adolescente são fundamentais” [C1].

A dificuldade em atender a vítima de violência sexual intrafamiliar esta correlacionada à família, por muitos motivos sendo um deles o constrangimento em revelar o fato em meio público, e a mãe, em especial, geralmente teme expor seu companheiro ou perder o provedor do lar quando ele é o agressor (PAULA, 2011)

“Alguns não se sentem à vontade para expor sua vivência traumática. A possibilidade do estabelecimento do vínculo de confiança somente é alcançada após se certificarem de que estão sendo escutadas por profissionais que conseguem dispor de um acolhimento humanizado e que abordem a questão sem sua revitimização. Algumas famílias possuem resistência em comparecerem ao serviço, pois quando ficam cientes do abuso vivido pelos filhos, não oferecem apoio e os excluem do lar” [C1].

Fortalecendo as redes de proteção, focando na equipe de forma a capacitá-la através de reuniões, troca de conhecimento e informação, suporte técnico; propiciariam atendimentos mais qualificados, viabilizando uma melhora no atendimento desses profissionais perante as demandas atendidas, em especial ao público vítimas de violação de direitos (SANTOS, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar as dificuldades que os profissionais de psicologia enfrentam diante dos casos de violência sexual intrafamiliar que lhe são apresentados. Por meio das entrevistas semiestruturadas direcionadas aos psicólogos dos CREAS das cidades de Curvelo (MG), Sete Lagoas (MG) e Paraopeba (MG) foi possível responder aos pressupostos de que os psicólogos que atuam no CREAS encontram dificuldades em realizar os atendimentos às vítimas de violência sexual intrafamiliar, devido à falta de apoio em rede, pela interferência dos familiares e pelas próprias vítimas não se sentirem bem ao expor o problema.

Diante da pesquisa com os profissionais de Psicologia visando entender as limitações dos mesmos em atender vítimas de violência sexual intrafamiliar, foi possível perceber que as

dificuldades apresentadas foram comuns a todos eles. Enfatizando que atuar no CREAS é um “desafio” que requer uma doação psíquica e emocional por parte do profissional e é também uma “escola” em termos de aprendizado.

As implicações da pesquisa se pautam na necessidade de ampliar a visão dos estudantes de psicologia e dos psicólogos, enfatizando a importância de obter e se manter informados a respeito dessa temática. Elaborar meios para envolver as vítimas, de forma que se sintam acolhidas e possam dar abertura aos atendimentos, facilitando o atendimento dos profissionais.

As limitações do estudo se restringiram em três unidades de CREAS do Estado de Minas Gerais, por tratar de uma pesquisa com um tema delicado e pela dificuldade de deslocamento para outras cidades. Devido curto prazo de desenvolvimento da pesquisa, houve dificuldade em envolver maior quantidade de participantes. Por esse motivo, devemos considerar ainda o fato de a quantidade de participantes desta pesquisa não ser tratada como uma amostra representativa, o que faz com que os dados obtidos não possam ser generalizados para grupos maiores.

Os fatores percebidos como limitantes para os psicólogos atuantes no CREAS de Curvelo, Paraopeba e Sete Lagoas diante a entrevista foram: falta de capacitação técnica por parte do poder público e por parte do conselho de psicologia, falta de materiais no que se refere diretamente à violência sexual intrafamiliar, e uma barreira da família da vítima que se esquiva e não permite que o trabalho seja desenvolvido.

Dessa forma, sugere-se desenvolver a sensibilidade e humanização da equipe de profissionais, das famílias, inclusive do abusador. Capacitar, investir na formação dos psicólogos e desenvolver materiais e referências técnicas indicadas pelos órgãos responsáveis como, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). *Abuso Sexual: mitos e realidade*. 3. ed. Petrópolis; Autores & Agentes & Associados, 1997.

ARAÚJO, M.F. *Violência e abuso sexual na família*. Universidade Estadual Paulista, Campus Assis, Departamento de Psicologia Clínica, Coordenadora do Núcleo de Estudos Violência e Relações de Gênero – Maringá, 2002.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Lisboa (POR): Edições 70, 1977

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e das outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de jul. 1990.

BRASIL. *Lei do Sistema Único de Assistência Social*. Lei Federal 12.435/2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de jul. 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. 2009.

_____. *Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*; Brasília, fevereiro/2013, 1ª Edição.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, Resolução CFP Nº 010/05, 2014.

_____. *Gênero na Psicologia: articulações e discussões*. Salvador: CRP- 03, 2011.

COSTA, Q.R. *As representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Teixeira de Freitas – BA*; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação - Belo Horizonte, 2014.

FALEIROS, E. T. S., & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Unicef.

FERREIRA, M. C. *A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais*. 51-64pp. Universidade Salgado de Oliveira, Brasília. 2010.

GIL, A C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANÇA, L. P. *Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma análise sociológica a partir de processos judiciais*. 2013.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. In: *Fundamentos da metodologia científica*. Atlas, 2010.

PAIXÃO, G.P. *Violência Sexual e Rede de Atendimento: O olhar dos Profissionais do CREAS*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB –2011

PAULA, E. S.O abuso sexual na família: um estudo sobre o enfrentamento a partir de intervenção institucional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA. 2011.

PENIDO, P. G. Resiliência, promoção de saúde e prevenção da violência entre adolescentes. 2013. 112 p. Dissertação (Mestre em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

REVISTA CREAS. *Centro de Referência Especializado de Assistência Social*. n.1, 2008 – Brasília; MDS, 2008.

SANTOS, C. A. Enfrentamento da Revitimização: a escuta de crianças vítimas de violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

UNICEF BRASIL (org.). *Violência Sexual: um fenômeno complexo*. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2016.

ANEXO I**FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA - CURSO DE _____****TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Ao Local

V.S.^a

Cargo

Encaminhamos a estudante, _____ do Curso de _____ da Faculdade Ciências da Vida para realização de atividades de pesquisa, a fim de desenvolver seu Trabalho de Conclusão de Curso que tem como proposta identificar os desafios que os psicólogos que atuam no CREAS enfrentam no atendimento à vítimas de violência sexual intrafamiliar.

O projeto visa compreender aspectos importantes acerca do assunto, com enfoque na atuação dos psicólogos, buscando entender até onde eles podem ajudar ou interferir no processo de acolhimento e acompanhamento das vítimas e seus familiares.

Este trabalho será desenvolvido sob a orientação da professora Ana Cláudia da Silva Junqueira Burd.

Sete Lagoas, data atual

Valcir Márcilio Farias
Diretor Geral

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Título da Pesquisa: Os Psicólogos do CREAS e os desafios do atendimento de vítimas de violência sexual intrafamiliar.

Pesquisador Responsável: Professora Ana Cláudia Junqueira Burd

Pesquisador Discente: Danúbia Aparecida Ribeiro de Oliveira – (31) 996066178 – e-mail: danubiaparecida@gmail.com

Instituição Responsável: Faculdade Ciências da Vida(Centro de Estudos III Millenium Ltda)

Contatos: a) Professora Ana Cláudia Junqueira Burd – Faculdade Ciências da Vida. Endereço: Av. Prefeito Alberto Moura, 12632, Bairro das Indústrias, CEP 35.702-383. Sete Lagoas, Minas Gerais. Contato: (31) 3776.5150

Prezado (a) Participante,

A Professora Ana Cláudia Junqueira Burd (pesquisadora responsável) e a graduanda Danúbia Aparecida Ribeiro de Oliveira (pesquisadora auxiliar), vinculadas ao curso de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida, estão conduzindo uma pesquisa intitulada “Os Psicólogos do CREAS e os desafios do atendimento de vítimas de violência sexual intra familiar”. A mesma tem por objetivo principal identificar as principais limitações que os psicólogos que atuam no CREAS encontram nos atendimentos à adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar. Para a condução dessa pesquisa será necessário aplicar uma entrevista aberta aos psicólogos do CREAS. Dessa forma, gostaríamos de convidá-lo a participar voluntariamente da pesquisa preenchendo os referidos instrumentos.

Cabe destacar que a participação na pesquisa não oferece riscos físicos ou psicológicos. Os responsáveis pela pesquisa garantem o anonimato das respostas e dados de todos os participantes. Também está garantida sua liberdade, sem restrições, de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que disso resultem quaisquer tipos de consequências. Os resultados gerais do estudo serão publicados em artigos e eventos científicos. Contudo, em nenhuma hipótese, os participantes serão identificados por seus nomes ou quaisquer outros tipos de informações que quebrem esse sigilo. Todos os produtos gerados por sua participação ficarão armazenados na Faculdade Ciências da Vida por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da professora responsável por essa pesquisa (Professora Ana Cláudia Junqueira Burd). Informamos também que a sua participação, caso concorde com ela, tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de ressarcimento ou remuneração.

Eu, _____ (nome do participante), declaro ter COMPREENDIDO as informações prestadas neste Termo, DECIDO responder aos questionários e AUTORIZO sua utilização na pesquisa intitulada “Os Psicólogos do CREAS e os desafios do atendimento de vítimas de violência sexual intrafamiliar”

Estando de acordo, assinam o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Participante

Pesquisador Responsável

Pesquisador Auxiliar

Sete Lagoas/MG, _____ de _____ de 2016.

ANEXO III**FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA
PESQUISA: OS PSICÓLOGOS DO CREAS E OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO
DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- a) Nome:
 - b) Idade:
 - c) Profissão:
 - d) Tempo de atuação no CREAS:
 - e) Data de aplicação:
-
- 1) Como você percebe a atuação do psicólogo no CREAS?
 - 2) Em média, quantos casos de adolescentes que sofreram violência sexual intrafamiliar vocês recebem?
 - 3) De que forma esses adolescentes chegam na instituição? Qual sua postura mediante a situação?
 - 4) Qual o procedimento realizado pelo CREAS, em destaque o papel do psicólogo, quando os adolescentes chegam nessas situações? O atendimento é individual? O que é feito? Para onde são encaminhados?
 - 5) Qual o procedimento realizado com a família? (Atuação do psicólogo)
 - 6) Após efetivados os procedimentos iniciais de acolhimento, o que é realizado com esses adolescentes?
 - 7) Quais as limitações encontradas pelo psicólogo ao realizar esses atendimentos?
 - 8) Quais as dificuldades encontradas para ampliar o atendimento aos mesmos? (Há amparo das organizações responsáveis, falta interesse da família?)
 - 9) Para você, quais as maiores dificuldades encontradas para realizar o atendimento de adolescentes que foram vítimas de violência sexual intrafamiliar?
 - 10) Depois de tudo que conversamos qual a sua sugestão/opinião quanto ao processo, o que você sugere para melhorar?